

TENDÊNCIAS/DEBATES

Os artigos publicados com assinatura não traduzem a opinião do Jornal. Sua publicação obedece ao propósito de estimular o debate dos problemas brasileiros e mundiais e de refletir as diversas tendências do pensamento contemporâneo.

Os mecanismos de desenvolvimento limpo

LUIZ PINGUELLI ROSA

UMA COMISSÃO da SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência) elaborou um documento que foi apresentado em um seminário da Conferência do Clima das Nações Unidas, em Haia (Holanda), e entregue ao presidente da República e aos ministros da Ciência e Tecnologia e do Meio Ambiente durante o lançamento do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.

Destacam-se, entre os recentes resultados científicos e os problemas em aberto, a absorção de CO₂ (dióxido de carbono) na floresta amazônica e as emissões de CO₂ e CH₄ (metano) pelos reservatórios de hidrelétricas, objeto de relatório da Comissão Mundial de Barragens divulgado em Londres, para o qual contribuiu a Coppe/UFRJ, com a colaboração da USP/São Carlos.

Há posições diferenciadas em debate e grupos que se articulam com visões e interesses diferentes. É importante ratificar o Protocolo de Kyoto, de 1997, em nível mundial. Deve-se apoiar a posição do Brasil no sentido de exigir dos países industrializados as reduções de suas emissões de gases de efeito estufa assumidas durante a Convenção do Clima.

A proposta brasileira em Kyoto foi de computar não só as emissões de gases de efeito estufa e sim considerar o aumento da temperatura global da Terra, enfatizando assim a responsabilidade dos países desenvolvidos comparativamente aos países em desenvolvimento.

As reformas do setor de energia e da abertura da economia terão impacto na matriz energética brasileira, até hoje com grande proporção de energia renovável. Tendem agora a aumentar muito as emissões atmosféricas. A comunicação brasileira apresentada à Convenção do Clima mostra o papel relativamente grande das emissões dos usos da terra, em especial do desmatamento e da criação de gado.

Entretanto não se pode considerar indistintamente emissões do setor energético e aquelas de usos da terra. O gado serve para alimentação (leite e carne), e parte das queimadas é de práticas agrícolas, embora não adequadas. Entretanto o consumo de energia tem uma brutal diferenciação por classe de renda e entre países ricos e pobres.

As emissões totais de um país não são um índice que representa adequadamente o conceito de equidade, sendo preferível outros índices (como o de emissões "per capita", por exemplo).

Em princípio pode-se imaginar uma estratégia de diminuição acentuada das emissões devido aos usos da terra (redução dos desmatamentos ilegais na Amazônia). Aumentos da emissão "per capita" nos usos da energia inevitavelmente terão de acompanhar o desenvolvimento sustentável, atendendo à necessidade de combate à pobreza.

O compromisso de ratificação do Pro-



Os gases vindos do uso da terra não podem ser indistintamente comparados às emissões do setor energético

coloco de Kyoto foi obstruído, entre outros, pelos condicionantes do Senado americano para que também a China, o Brasil e a Índia assumissem compromissos de limitação de suas emissões. Além disso há os mecanismos de flexibilização e as controvérsias sobre a regulamentação dos Mecanismos de Desenvolvimento Limpo (MDL).

A Argentina concordou em limitar as suas emissões futuras, mas o Brasil manteve-se contrário a essa posição.

Há hoje forte pressão, inclusive interna, para o governo ceder para atrair investidores externos ao negócio do clima no Brasil. A hidreletricidade e o álcool representam um enorme abatimento de emissões no país.

Mas, com as privatizações, as futuras usinas serão predominantemente termelétricas, pois exigem menor capital. Com a desregulamentação, o álcool deixou de ser competitivo em relação à gasolina, cujo custo é menor. Logo, crescerão as emissões no Brasil.

E o preço do petróleo vem aumentando. O Brasil, apesar disso, além das energias renováveis, que já usa em grande proporção, deve estudar também as novas tecnologias, como as pilhas combustíveis, e dar prioridade à conservação de energia, ampliando o Procel (Programa de Conservação de Energia Elétrica) e o Conpet (Programa Nacional da Racionalização do Uso dos Derivados do Petróleo e do Gás Natural).

O relatório da SBPC destaca o grande potencial existente para redução na produção de metano por bovinos por

meio de manejo adequado de pastagens e alimentação do gado. Pesquisas relevantes são realizadas no Brasil no que se refere ao funcionamento do sistema digestivo do bovino. Pesquisas recentes indicam que o uso de suplementos minerais pode reduzir bastante a produção de metano no rúmen bovino.

É necessário destacar o alto potencial de redução de emissões de gases de efeito estufa no setor agropastoril brasileiro. Bem como a redução de formação de novas pastagens em áreas de florestas, o controle da queimada indiscriminada e a introdução de práticas agrícolas que levam a uma maior acumulação de carbono no solo.

Segundo uma visão que tem trazido uma grande polêmica nacional e internacional, proteger as florestas seria um dos mecanismos efetivos para diminuir as emissões brasileiras de gases de efeito estufa. Há ainda questões conceituais e práticas não resolvidas para a proteção das florestas e para o reflorestamento como Mecanismos de Desenvolvimento Limpo discutidas no relatório.

Outra visão quanto à aplicação dos MDL ao caso da Amazônia, menos polêmica e socialmente benéfica, refere-se ao reflorestamento de áreas degradadas e ao eventual uso de projetos ligados ao extrativismo sustentado em florestas nativas. Se tecnicamente e economicamente bem conduzidos, podem levar a uma fixação temporária de carbono. Para tanto podem servir os recursos de um fundo de adaptação oriundo dos MDL em discussão em Haia.

Minha impressão, ao retornar da conferência, é que o impasse da eleição americana se refletiu no andamento lento dos debates, com poucas decisões sendo encaminhadas.